

INTERVENÇÃO PROFERIDA EM PLENÁRIO

Senhor Presidente

Senhoras e senhores Deputados

Senhor Presidente, senhora e senhores Membros do Governo

A ilha do Pico carrega potencialidades de desenvolvimento económico, mormente no sector turístico, que até hoje continuam manifestamente inexploradas. A sub-exploração dessa riqueza imensa que a ilha encerra está directamente relacionada com a ausência de investimento na oferta turística, a começar pelo reduzido número de camas disponíveis, sendo certo, porém, que a não realização de novos investimentos nessa área – apesar de muito falados, desde há anos – tem vindo, sistematicamente, a ser justificada com o problema das acessibilidades, encimado pela necessidade de se construir um verdadeiro aeroporto. Temos, pois, vivido num círculo completamente viciado, ao ponto de muitos de nós, até há pouco tempo, prognosticarem que o Pico haveria de continuar a ser, eternamente, a ilha do futuro.

Se, na realidade económica em que hoje vivemos, o investimento produtivo e reprodutivo tem que caber aos particulares, não é menos verdade que, num Mundo cada vez mais global e concorrencial, o papel dos poderes públicos assume uma especial importância, que se manifesta com particular acuidade em realidades pequenas e insulares como a nossa. Cabe ao Estado, no nosso caso à Região, um papel não só regulador mas também dinamizador das actividades económicas,

seja por via dos investimentos estruturantes, seja participando, por exemplo através de mecanismos de risco, no próprio capital.

Os picarotos sempre denotaram e continuam a demonstrar uma singular capacidade de empreendimento, para a qual nunca foi obstáculo – pelo menos um obstáculo decisivo – o pequeníssimo mercado em que se posicionam e o abandono a que a ilha e as suas gentes foram votadas durante dezenas e dezenas de anos. Ainda hoje, muito daquilo que é universalmente considerado de básico, continua por fazer naquela ilha, fruto da incúria e da incompetência daqueles a quem, localmente, os seus destinos têm estado entregues.

Senhor Presidente

Senhores Deputados e Membros do Governo

Ao longo dos últimos seis anos, os governos regionais socialistas têm vindo – no que deles depende – a concretizar uma autêntica revolução na ilha do Pico, desde as estradas, passando pela agro-pecuária e pelo ambiente e chegando às obras de consolidação dos portos e, obviamente, às obras de ampliação do Aeroporto do Pico.

A decisão de ampliar o Aeroporto do Pico, não deixando de ter muito de política – como exclusivamente políticas foram as dos governos PPD/PSD, que nunca quiseram fazer nada – encontra sólidas justificações técnicas e económicas, conforme, há poucos dias, o demonstrou o Secretário Regional da Economia, e como facilmente poderá constatar quem conheça minimamente a ilha e a capacidade empreendedora das suas gentes.

Será que os grandes e importantes empreendimentos turísticos em desenvolvimento para o Pico, com um especial enfoque no concelho das Lajes, teriam condições para avançar sem as obras de ampliação do aeroporto, actualmente em curso? Obviamente que não.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores Deputados

Senhor Presidente, senhora e senhores Membros do Governo

Em meados de 1976 o general Altino de Magalhães – presidente da Junta Regional e comandante-chefe das Forças Armadas nos Açores – ordenou à delegação regional do Serviço de Fortificações e Obras Militares do Exército a execução de uma pista de terra na ilha do Pico, destinada à operação dos aviocares. As obras seriam iniciadas logo no começo de 1977 e basearam-se nas conclusões dos estudos preliminares para a localização dos aeródromos do grupo central, elaborados pela Direcção-Geral de Aeronáutica Civil em finais da década de 60 do século passado.

Em 1978 o então Secretário Regional do Equipamento Social, entendeu que as obras encetadas pelos militares deveriam ter continuidade, construindo-se um aeródromo civil integrado na rede regional de transportes. Assim, por deliberações do Conselho do Governo Regional de 20 de Agosto de 1979 e de 27 de Fevereiro e 3 de Setembro de 1980 foram adjudicados à Tecnovia os trabalhos complementares de terraplanagem, de pavimentação e de construção da aerogare do Aeródromo do Pico, tendo este sido inaugurado em 25 de Abril de

1982, com uma pista de 1.200 metros de comprimento por 30 metros de largura.

Desde então, os picarotos têm vindo a reivindicar um aeroporto que permitisse a operação de aviões de médio porte, ambição natural, racional e justa, mas que sempre lhes foi recusada pelos governos regionais do PPD/PSD.

Foi assim com as obras concluídas em Dezembro de 1992, em que se aumentou o comprimento da pista para os actuais 1520 metros, o que apenas permite a movimentação de aeronaves de pequeno porte, limitando o aeroporto, por isso, aos voos inter-ilhas.

Voltou a sê-lo em 1996, quando o VI Governo Regional presidido por Madruga da Costa encomendou um estudo que, assentando em premissas falsas, concluía pela inviabilidade técnica e económica de qualquer ampliação da pista.

Senhor Presidente

Senhores Deputados e Membros do Governo

Mudou-se o Governo, mudaram-se as vontades, ou melhor, acabaram-se as más vontades.

O Secretário Regional da Economia, Duarte Ponte, ordenou a elaboração de um estudo quanto às características da actual pista, tendo em vista a sua eventual ampliação para a operação de aviões de médio porte e, para surpresa de alguns, nem tanto de outros, concluiu-se que a resistência do pavimento actual é suficiente para

suportar esse tipo de aeronaves, contrariando o que mentirosamente foi sustentado durante anos.

Assim, em 25 de Setembro de 2000, o Conselho do Governo Regional aprovou uma Resolução que então autorizava o Secretário Regional da Economia a lançar o concurso público com vista à adjudicação da empreitada de ampliação da pista do Aeroporto do Pico, pelo preço estimado de 923.000 contos. Abertas as propostas apresentadas pelos concorrentes, verificou-se que a mais baixa ultrapassa o preço base do concurso em 57%, o que, em face do disposto no Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas e no Acórdão n.º 18/01 do Tribunal de Contas, obrigou o Governo Regional, em Julho de 2001, a não adjudicar a empreitada e a lançar um novo concurso público com o mesmo objecto, pelo preço estimado de 1,3 milhões de contos, aproximadamente 6,5 milhões de euros.

Em 13 de Maio de 2002, o Governo Regional adjudicou à empresa Tecnovia Açores a empreitada de ampliação da pista do Aeroporto do Pico, pelo preço de 7,2 milhões euros e um prazo de execução de 10 meses, e no início de Julho de 2002, durante a visita do Governo Regional à ilha do Pico, procedeu-se à assinatura do respectivo auto de consignação.

No passado dia 31 de Janeiro, o Conselho do Governo Regional aprovou uma Resolução que autoriza a abertura de um concurso público destinado à adjudicação da concepção e execução do projecto da nova Aerogare e demais infra-estruturas essenciais ao Aeroporto.

Com a ampliação da pista do Aeroporto do Pico para 1760 metros de comprimento e 45 metros de largura e da plataforma de estacionamento de aeronaves, e com a construção da nova aerogare,

dos serviços de combate a incêndios e da nova torre de controlo, ficará o Pico dotado de uma moderna e adequada estrutura aeroportuária que possibilitará a operação de aeronaves de médio porte – do tipo Boeing 737-300 e Airbus A319 e A320 –, para além da consequente melhoria na operacionalidade nos voos inter-ilhas. No futuro a área aeroportuária, actualmente de 34 hectares, passará a ocupar uma extensão de cerca de 51 hectares.

As obras em execução e a executar no Aeroporto do Pico assumem-se como um vector importante no desenvolvimento socio-económico da ilha. Este empreendimento – que é encarado pelos picarotos como muito mais que um simples aeroporto – será indutor de impactes económicos muito significativos, desde logo pelos acréscimos de visitantes, respondendo positivamente à tendência verificada ao longo dos últimos anos.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores Deputados

Senhor Presidente, senhora e senhores Membros do Governo

Vem esta intervenção a propósito das recentes declarações do Professor Doutor Mário Fortuna – destacado social-democrata e responsável pelo Gabinete de Estudos do PSD-Açores – em entrevista a uma rádio no passado dia 28 de Fevereiro, e retomadas pela imprensa nos dias que se lhe seguiram, considerando que **"não faz sentido a ampliação do Aeroporto do Pico"**, pois **"não é essencial ao Pico ter a sua própria pista"**, dado que **"no fundo o que o Pico pretende é ser uma alternativa ao Faial"**, e recordou ainda os

tempos em que foi Secretário Regional da Economia de um governo social-democrata, destacando, orgulhosamente, a acção que então desenvolveu para que estas obras não se fizessem.

Mário Fortuna exteriorizou, uma vez mais, a perspectiva de desenvolvimento das nossas ilhas que sempre norteou a acção do PPD/PSD enquanto Governo e que, lamentavelmente, permanece viva e vai tendo expressão nas palavras daqueles que são os definidores da estratégia política do PSD-Açores, mas mais preocupante que as palavras descabidas e infelizes – apesar de reflectidas – de Mário Fortuna, é o facto dele, enquanto responsável pelo Gabinete de Estudos do PSD-Açores, continuar a ser o principal mentor da estratégia e da política económica social-democrata para a nossa Região.

Mas se a posição do PSD-Açores acerca da ampliação do Aeroporto do Pico, manifestamente contrária aos interesses da ilha e da Região, é conhecida dos picarotos, desde há muitos anos, não podemos deixar de lamentar a forma incomodada e tardia como alguns responsáveis políticos do PSD e a própria Associação de Municípios da Ilha do Pico, reagiram não às declarações de Mário Fortuna, mas ao Partido Socialista. Destaque-se, pela diferença, a reacção do presidente da Junta de Freguesia das Bandeiras, Salvador Garcia, que, em declarações a um jornal semanário foi peremptório em afirmar que **"as declarações vindas agora a lume por um antigo governante regional do PSD demonstram que sempre houve má vontade política dos governos de Mota Amaral em realizar as obras"** e diz mais ainda, concluindo que **"com este tipo de posições não pode haver complacência"**.

Ao Partido Socialista não sobram quaisquer dúvidas quanto à importância e prioridade das obras de ampliação do Aeroporto do Pico e a nossa acção é elucidativa disso mesmo. Mais ainda, apoiamos convictamente as políticas de desenvolvimento aeroportuário e de desenvolvimento turístico em curso na nossa Região e continuaremos a pugnar pelo seu normal prosseguimento.

Afirmamo-lo desta tribuna, para que a indignação dos picarotos se faça ouvir o mais possível e ecoe na consciência de todos aqueles que, tal como Mário Fortuna, continuam a sustentar um pensamento caduco e uma visão demasiado estreita da nossa realidade, mesmo que não tenham a coragem de o afirmar.

Disse!

Sala das Sessões, 19 de Março de 2003

O Deputado Regional

Hernâni Jorge